

06 OUT 1994

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

Conselho Editorial
M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Presidente*
WILSON FIGUEIREDO — *Vice-Presidente*

Conselho Corporativo
FRANCISCO DE SÁ JÚNIOR
FRANCISCO GROS
JOÃO GERALDO PIQUET CARNEIRO
JORGE HILÁRIO GOUVEA VIEIRA

LUIS OCTAVIO DA MOTTA VEIGA — *Diretor Presidente*

DACIO MALTA — *Editor*
MANOEL FRANCISCO BRITO — *Editor Executivo*
ROSENAL CALMON ALVES — *Editor Executivo*
ORIVALDO PERIN — *Secretário de Redação*

FERNANDO ZENOBIO A. DE CARVALHO — *Diretor*
SERGIO REGO MONTEIRO — *Diretor*

A Força do Diálogo

Grande vitorioso das eleições gerais de 3 de outubro, e o único governante — desde 1945 — a fazer o seu sucessor, o presidente Itamar Franco deu ontem, em Juiz de Fora, no encontro que convocou para dar uma solução à greve de dez dias dos petroleiros da Petrobrás, a demonstração do espírito democrático do vencedor. A negociação política triunfou, mais uma vez, sobre as posições radicais e preservou as linhas mestras do Real.

Os petroleiros só terão o reajuste oficial de 13,54% e descontarão, parceladamente, os dias parados. Em troca, o governo decidiu que a Petrobrás não fará demissões, reduzirá de 50 para 25 meses o pagamento das horas extras devidas desde 1988 e admite em tese discutir em outra oportunidade a reivindicação das *perdas salariais*, desde o Plano Bresser.

O presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva — o *Vicentinho* — que negociou em nome dos petroleiros uma fórmula conciliatória para pôr fim à greve, admitiu, implicitamente, o seu caráter eleitoral, que se frustrou com a derrota de Lula no primeiro turno. Cobrado pelo recuo na posição dos trabalhadores, à saída da reunião com o presidente da República, *Vicentinho* reconheceu, democraticamente, que nem sempre se pode ganhar.

A mesma legitimidade das urnas que reforçou a autoridade governamental para fazer concessões aos petroleiros, no dia seguinte ao anúncio da inédita redução dos preços do gás de cozinha, da gasolina e do álcool, precisa agora se fazer presente na administração de outros pontos críticos, para garantir a continuidade da estabilização econômica.

Os fortes aumentos da cesta básica, o quadro de escassez de bens de consumo duráveis e as pressões da indústria para forçar aumentos, mediante artifícios — como o corte de descontos e encurtamento dos prazos — são motivos de preocupação em relação ao nível da inflação. É indispensável, porém, separar os aumentos causados pelo impacto real da prolongada estiagem nas safras agrícolas das regiões produtoras do Sul e do Sudeste das especulações de ocasião sobre os efeitos.

Os estragos na produção de hortigranjeiros de ciclo curto só podem ser reparados com a recomposição da produção. A volta das chuvas ao interior do Rio Grande do Sul, Paraná, São

Paulo, Minas e Rio de Janeiro tem condições de permitir em tempo útil a recuperação da oferta de hortigranjeiros. Os problemas mais sérios dizem respeito à carne, com o agravamento da perda de peso do gado bovino, já natural nesta época, e ao feijão.

Em relação à carne, as importações estão liberadas, e a redução da alíquota de importação a zero pode neutralizar manobras especulativas com o feijão. A ervilha, a lentilha e o grão-de-bico, de valor protéico semelhante ao feijão, estão mais em conta no mercado. Cabe ao consumidor brasileiro decidir se muda hábitos em benefício próprio.

O governo não pode se deixar intimidar pelos aumentos de preços que ameaçam a estabilidade do real. Os instrumentos de mercado estão aí mesmo para serem usados. Uma situação de desequilíbrio momentâneo entre a oferta e a demanda, como a que se apresenta nos eletro-eletrônicos e nos eletrodomésticos da *linha branca*, não pode servir para coonestar remarcações.

A redução a zero das alíquotas de importação é a solução para contornar o problema. Se a indústria nacional não tem como atender o consumidor, importar não tira mercado de ninguém. É preciso preservar, sem vacilações, a estabilidade de preços inaugurada pelo real. O alto custo da acumulação de reservas antes da criação do real é para ser compensado agora, com importações, a câmbio favorável, de bens que estão em falta no mercado.

Reservas de US\$ 43 bilhões e a continuidade do ingresso de capitais permitem ao governo ser o mais liberal e o menos intervencionista possível na administração do Plano Real. É preciso deixar que as forças de mercado se equilibrem, enquanto a reforma da Constituição, já proposta por Fernando Henrique Cardoso, não produzir as mudanças estruturais indispensáveis à continuidade da estabilização.

A opção clara pela estabilidade dos preços é que dá ao consumidor a prioridade no mercado. Se voltasse a velha prática do protecionismo a empresários acostumados à sombra do guarda-chuva do Estado — que bloqueia a concorrência externa e sempre favorece a cartelização dos preços internos — aí, sim, o país teria motivo para ficar preocupado.